



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Gabinete do Vice-Presidente

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Iniciamos, hoje, a discussão da proposta de Plano de Investimentos e Orçamento da nossa Região para 2009.

Estes documentos estruturantes concretizam, efectivamente, as opções estratégicas de afectação dos recursos públicos e quantificam as políticas sectoriais definidas pelo Governo dos Açores, para o próximo ano, cumprindo integralmente os compromissos que assumimos com os açorianos, sufragados por uma ampla maioria e ratificados por esta Assembleia, o que importa sempre lembrar e respeitar.

O Plano de Investimentos Público e o Orçamento da Região para 2010 que estamos a analisar, enquadram-se numa conjuntura económica internacional ainda fragilizada pelas consequências da maior crise mundial das últimas décadas, que, embora com a atenuação do seu ritmo recessivo, ainda se faz sentir em todo o mundo.

A actual volatilidade das projecções realizadas exige um cuidado redobrado na parametrização desta conjuntura económica e financeira internacional, e na análise do seu impacto real nos Açores; no entanto, o passado recente demonstra que estamos nos Açores na trajectória correcta e que as opções de desenvolvimento que tomámos e as estratégias que definimos, foram indispensáveis para enfrentarmos, hoje, aqui, com positivismo e confiança realista e consciente, os novos desafios de desenvolvimento da nossa Região.

Com efeito, o Governo dos Açores, ao concretizar um conjunto de medidas que visavam minimizar o impacto gerado por este difícil e exigente contexto internacional, conseguiu transmitir um estímulo adicional, e manter a confiança das empresas e das famílias açorianas, o que garantiu, não só que os seus efeitos chegassem mais tarde aos Açores, como estamos a conseguir que tenham efeitos menos gravosos entre nós, e estamos certos, vamos conseguir atingir a retoma económica mais rapidamente.

Com uma pronta e eficaz reacção, tivemos a capacidade de tomar e executar um conjunto de medidas, iniciativas inovadoras e ambiciosas que, conjugadamente, estão a permitir estimular o consumo, incrementar o investimento privado e a despesa pública de investimento, aumentar a capacidade de exportação de bens e serviços e a manutenção do emprego pelas nossas empresas, bem como incrementar o rendimento disponível das famílias.

Há um ano, a falta de liquidez das instituições bancárias e, conseqüentemente, a maior dificuldade e custo no acesso ao crédito constituía o grande obstáculo ao normal desenvolvimento da actividade económica nos Açores. Por isso definimos como nossa primeira prioridade criar o enquadramento necessário para assegurar a manutenção dos



níveis de financiamento das empresas açorianas, reforçando a sua liquidez e o seu fundo de maneiio, a sua capacidade de cumprir os seus compromissos com os seus fornecedores, bem como permitir a reestruturação e flexibilização dos seus endividamentos bancários reduzindo também os seus encargos financeiros.

A excelente adesão das empresas açorianas aos mecanismos de apoio criados e o elevado montante de investimentos privados já candidatados nos novos Sistemas de Incentivos são indicadores objectivos que confirmam a confiança dos açorianos no crescimento da nossa Região.

As linhas de Apoio criadas pelo Governo dos Açores asseguraram já a aprovação de financiamentos superiores a 202 milhões de euros, que beneficiaram 1.035 empresas açorianas, tendo assegurado a manutenção de 16.037 postos de trabalho. Foram também já apresentados, no âmbito dos Sistemas de Incentivos ao Investimento, projectos que permitirão assegurar a execução de novos investimentos privados num valor superior a 300 milhões de euros.

No início de um novo ciclo de planeamento é pois a altura adequada de fazer uma avaliação do impacto das medidas tomadas, medir a sua eficácia, redireccionar a sua intensidade, definir novos objectivos e prioridades, implementando, quando e sempre que necessário, novas medidas para vencer novos desafios ou, aperfeiçoando as medidas existentes.

Não ignoramos as exigências e não negligenciamos a necessidade de tomar todas, mas mesmo todas, as medidas inovadoras, corajosas e ambiciosas necessárias para continuar a assegurar o crescimento económico sustentado da nossa Região, intervindo sempre que necessário para assegurar o regular funcionamento dos mercados, protegendo as famílias e as empresas açorianas e garantindo a manutenção do emprego e da dinamização da estrutura produtiva regional.

Hoje consideramos que as medidas tomadas pelo Governo dos Açores conjugadas com a melhoria da liquidez dos mercados financeiros internacionais fazem-nos redireccionar as nossas prioridades, identificando novas necessidades de intervenção. Assim após termos apoiado a consolidação e reestruturação financeira das empresas açorianas, elegemos como prioridade para 2010 o reforço da competitividade e da capacidade de gerar valor e emprego da estrutura produtiva regional.

Para o efeito, conseguimos criar um quadro financeiro que assegura a estabilidade do investimento público, mantendo um esforço de investimento que é 20% superior, e pelo segundo ano consecutivo, ao verificado no início da legislatura, sendo disponibilizado para o investimento directo, no próximo ano, mais 126 milhões de euros do que o executado há apenas dois anos.

Este enorme esforço de investimento público é tanto mais significativo, quanto representa um aumento de 210 milhões de euros em relação ao investimento directo efectuado há apenas 4 anos, isto é: conseguimos assegurar neste período um crescimento do



investimento da Administração Regional em cerca de 52% em relação ao nível médio de investimento da legislatura anterior.

Esta realidade é ainda mais relevante quando comparada com as Orientações a Médio Prazo, sendo a proposta de investimento público que vos apresentamos hoje, superior, em 19 milhões de euros, ao que nos propusemos concretizar, em 2010, nos documentos de planeamento aprovados, em Abril passado, neste Parlamento.

Mas mais importante do que esse facto é que conseguimos concretizar este elevado nível de investimento público de forma sustentada, sem recurso a soluções de curto prazo nem comprometendo o futuro da nossa Região, investindo apenas o que poderemos pagar, para que as gerações futuras possam continuar a apostar no desenvolvimento da nossa terra, dotando os agentes económicos de um quadro de estabilidade e de uma confiança num futuro que continue a potenciar o incremento da actividade económica sustentada.

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

O Plano e Orçamento para 2010 definem uma estratégia assente em quatro vectores determinantes:

Uma política económica activa do reforço da competitividade da base produtiva regional;

Uma política social assente na valorização do equilíbrio e da coesão social, com especial destaque para a qualificação dos recursos humanos, a defesa do emprego e a solidariedade social;

A operacionalidade e eficiência do funcionamento das infra-estruturas de base, observando a qualidade ambiental;

O equilíbrio financeiro sustentado e a eficiência da gestão pública.

Uma estratégia global de desenvolvimento, privilegiando o crescimento económico, sustentado na consolidação do emprego e no rendimento das famílias, na coesão social e no equilíbrio das finanças públicas e implica a definição concreta e rigorosa de objectivos de afectação do investimento público.

Neste contexto o investimento público regional, terá como enquadramento a concretização de cinco objectivos estruturantes, nomeadamente:

Melhorar as qualificações e as competências dos Açorianos;
Promover o crescimento sustentado da economia;
Reforçar a solidariedade e a coesão social;
Gerir com eficiência o território, promovendo a qualidade ambiental;



Qualificar a gestão pública e a cooperação.

São estas as nossas prioridades, definidas com clareza e objectividade, nos documentos que vos apresentamos, e nas quais assenta as políticas de investimento público definidas para a actual legislatura.

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

A proposta de orçamento para o ano de 2010 atinge 1.427 milhões de euros, que, deduzindo as contas de ordem, representa a disponibilização de recursos financeiros no montante de 1.132,8 milhões de euros, mais 3,1 milhões do que o orçamentado para 2009.

As receitas próprias atingirão em 2010, o valor de 544,1 milhões de euros, montante praticamente igual ao valor orçamentado em 2009.

As receitas fiscais constituem a maior componente das receitas próprias da Região, 93,6%, e atingem, uma previsão orçamental de 509,2 milhões de euros, uma variação de 2% em relação ao valor orçamentado no ano anterior, em resultado do decréscimo acentuado das receitas de IRC, em função da redução muito significativa dos resultados líquidos das empresas do sector financeiro e segurador.

No entanto a redução desta componente da receita fiscal foi compensada pelo crescimento significativo das receitas provenientes do rendimento do trabalho, mais 16 milhões de euros, e da manutenção do nível de consumo privado e público medido pela sua tributação indirecta.

Esta realidade permite perspectivar, de forma sólida, um crescimento sustentado do rendimento do trabalho e uma manutenção dos níveis da procura interna em 2010, que asseguram uma estabilidade da receita fiscal.

As transferências do Orçamento de Estado atingem, em 2010, um montante de 380,1 milhões de euros, valor que representa 33,5% do total da receita e um acréscimo de 5,1 milhões de euros em relação ao ano anterior. Este aumento resulta da correcta e rigorosa aplicação da Lei de Finanças Regionais, cujo benefício para os Açores é mais uma vez comprovado.

As transferências da União Europeia, crescem para 158,5 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 5,7 milhões de euros, passando as receitas derivadas dos fundos comunitários a representar 14% do total das receitas.

No âmbito do Pró-convergência foram já aprovados 393 projectos que representam uma despesa pública de 452,3 milhões de euros o que assegura um financiamento comunitário de 360,9 milhões de euros.



Fomos os primeiros a ter os programas aprovados pela Comissão Europeia, os primeiros a obter a validação sistemas de gestão, os primeiros a solicitar fundos a Bruxelas e somos a Região do País com maior taxa de aprovação e execução do novo quadro comunitário de apoio.

Asseguramos o pagamento semanal, na íntegra, da despesa elegível apresentada pelos beneficiários dos investimento financiados pelo FEDER, contribuindo, assim, para reforçar a liquidez das empresas regionais e assegurando os meios financeiros para a plena execução dos financiamentos comunitários disponíveis.

A conjugação destes factores, permite-nos apresentar, apesar da quebra da receita fiscal identificada, a manutenção e estabilidade das receitas da Região o que constitui um contributo fundamental para reforçar a confiança dos agentes económicos e para perspectivar um planeamento sólido e equilibrado do investimento público a meio prazo, possibilitando na Região a existência de um enquadramento estável e promotor da confiança para as empresas e famílias açorianas.

As despesas orçamentadas, excluindo as contas de ordem, totalizam 1.132,8 milhões de euros, sendo 615,9 milhões de euros referentes a despesas de funcionamento e 515,4 milhões de euros destinados a financiar o Plano de Investimento da Região.

As despesas de funcionamento, deduzindo a dotação provisional, são de 605,9 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 3,5% em relação a 2009.

No âmbito das despesas de funcionamento, é importante salientar que os acréscimos registados relativamente a 2009 são motivados pelo reforço das transferências para o Serviço Regional de Saúde (mais 4 milhões de euros) e das despesas com pessoal na área da educação (mais 13,5 milhões de euros), em consequência dos efeitos retroactivos da contagem do tempo de serviço descongelado e das progressões nas carreiras resultantes do novo regime de avaliação do pessoal docente, observando-se um continuado esforço de contenção das restantes despesas de funcionamento como por exemplo nas Aquisições de Bens e Serviços Correntes e na aquisição de bens de capital, que voltam, pelo terceiro ano consecutivo a registar uma diminuição e pela redução acentuada dos encargos da dívida pública (- 16,3%).

Aliás importa recordar, para quem acha que é ainda possível reduzir mais as despesas de funcionamento, que 75 % da despesa de funcionamento é afectada ao Serviço Regional de Saúde e à Educação, sendo pois necessário que quem pretender propor a redução desta componente da despesa assuma que está a reduzir o investimento da Região na Saúde e na Educação, sob pena de se limitar a produzir uma afirmação demagógica, irrealista e sem qualquer consequência prática ou efectiva.

Para nós, as despesas na Educação e na Saúde dos açorianos serão sempre um investimento e uma componente da despesas que assumimos com orgulho e convicção.

As despesas correntes serão, em 2010, inferiores em 75,1 milhões de euros às receitas correntes, o que permite obter novamente um saldo corrente positivo que contribui para o



financiamento e reforço do investimento, representando as despesas de funcionamento apenas 43% do total da aplicação de fundos da Região e afectando-se ao investimento público 57% do total dos recursos financeiros regionais.

Os valores do investimento público previsto para 2010 ascendem a 815,7 milhões de euros, dos quais 516,9 milhões são inscritos no capítulo 40 do Orçamento da Região, o que representa um grande esforço de estabilidade dos níveis de investimento.

Os sectores da Agricultura, Florestas, Pescas, Turismo, Indústria, Comércio e Exportação, Inovação, Apoio Financeiro ao Investimento Privado, áreas de intervenção que integram o objectivo “Promover o Crescimento Sustentado da Economia”, representam 34% do total do Plano, o que permitirá a concretização de um investimento de 281,2 milhões de euros.

Aos domínios dos Transportes Terrestres, Marítimos e Aéreos, Ambiente e Energia, que promovem o objectivo “Gerir com eficiência o território, promovendo a Qualidade Ambiental”, será afectada uma verba de 248 milhões de euros, o que corresponde a 30,4% do valor global do Plano de Investimento, e representa um aumento de 46,7 milhões de euros em relação ao ano anterior, e um reforço de 23,2%.

O objectivo “Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos”, que inclui a programação para o domínio da Educação, Formação e da Qualificação Profissional, da Juventude, da Cultura, do Desporto ascende a 194,2 milhões de euros, o que representa 23,8% do valor global do Plano e regista um aumento de 4,1 milhões de euros em relação ao ano anterior.

O “Reforço da Solidariedade e da Coesão Social” dirigido aos sectores da Saúde, da Solidariedade Social e da Habitação, é dotado com 66,1 milhões de euros e representa 8,1% do valor global do Investimento Público.

A desagregação espacial do investimento público, permite concluir que nas ilhas de menor dimensão populacional (Corvo, Flores, São Jorge, Graciosa e Santa Maria) se irá verificar um aumento do investimento de 20,8 milhões de euros (+12,2%) em relação ao ano anterior, o que comprova a aposta do Governo no reforço da coesão regional como sector fundamental da nossa estratégia de desenvolvimento.

Num enquadramento conjuntural adverso e difícil, o Governo dos Açores consegue apresentar um orçamento que concilia um nível de investimento público superior ao previsto e aprovado, em Abril passado nesta Assembleia, no âmbito das Orientações a Médio Prazo e que representa um significativo reforço da dinamização económica e da coesão social e territorial tendo em conta que os valores que nos propomos investir, apenas em 2010, são superiores em 176,4 milhões de euros ao investimento médio concretizado anualmente na legislatura anterior.

A conjugação destes aspectos positivos só foi possível porque os Açores tem assegurado com uma sólida e equilibrada gestão das Finanças Públicas Regionais a disponibilização dos recursos financeiros, através da contenção das despesas de funcionamento da Administração Pública Regional, do aumento das receitas provenientes dos Fundos



Comunitários e das transferências do abrigo da Lei de Finanças Regionais, que permitem garantir uma consolidação orçamental sustentável e potenciadora do incremento das medidas de apoio às famílias e empresas açorianas.

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Se na óptica da análise quantitativa, a despesa pública em investimento assegura o volume de meios financeiros ajustados à fase actual do ciclo económico, será na composição, na natureza e na finalidade das acções e nos objectivos intermédios desse investimento que relevamos e defendemos as propostas que serão debatidas, sector a sector, nesta Assembleia.

Desde já destaco alguns vectores transversais deste Plano, que traduzem e expressam objectivos e linhas de força, que o Governo tem definido como prioritárias, como sejam a protecção do emprego, o desenvolvimento da estrutura produtiva regional, a coesão territorial e a abertura de novas oportunidades para o desenvolvimento de economia açoriana.

No plano para 2010, no que concerne à consecução do objectivo estratégico respeitante à melhoria das competências dos açorianos, é notório o enfoque conferido ao emprego, à formação profissional, incluindo os estágios profissionais e outras medidas de protecção do emprego e de adaptação dos activos às novas necessidades do mercado do trabalho.

Em 2010 o investimento proposto para o programa “Emprego e formação profissional” atinge os 91.756.384 euros o que representa um aumento superior a 27 milhões de euros em relação ao previsto para 2008, isto é, em apenas dois anos o financiamento do programa de apoio ao emprego e formação profissional cresceu 43%, tendo aumentado também em relação a 2009.

É pois claramente demagógico e infundado afirmar que as políticas de emprego terão uma redução de 41% em 2010, quando na realidade o programa “emprego e formação profissional” aumenta mais de 200.000 euros em relação a 2009 e cresceu ainda mais 27,6 milhões de euros em relação aos valores previstos para 2008.

Não constitui, por isso, um contributo sério para a credibilidade deste debate e para a participação construtiva na sua análise, recorrer a leituras enviesadas e deturpadas dos documentos, tentando tirar conclusões sobre os recursos afectos a objectivos estratégicos como a promoção do emprego, analisando apenas uma das 504 acções que compõem o Plano de Investimentos.

A promoção do emprego executa-se conjugando as acções referentes à formação profissional de activos, aos programas de emprego e estágios profissionais, pois não existe nenhuma estratégia credível e consistente de promoção do emprego que não passe pela formação profissional e pelos estágios profissionais, elementos essenciais para o reforço das condições de empregabilidade dos activos e da sua qualificação.



No domínio da intervenção nos sectores produtivos existe também, um ajustamento dos meios à procura potencial, não se verificando qualquer redução do nível de apoio às empresas e ao investimento privado, ao contrário do que alguém de forma insensata tentou fazer crer.

O investimento previsto em 2010 para financiar os sistemas de incentivos ao investimento privado no montante de 33,8 milhões de euros, assegura as condições para financiar sem qualquer restrição todos os empreendimentos privados a executar durante o próximo ano.

É demagógico e destituído de razoabilidade comparar este valor com o disponibilizado este ano, tendo em conta que a dotação de 2009 visava comparticipar os investimentos executados e elegíveis no âmbito dos novos sistemas de incentivos, cuja operacionalização se iniciou este ano, isto é, o valor deste ano correspondia ao pagamento de dois anos de execução material dos sistemas de incentivos, representando, por isso, a dotação global prevista no programa Fomento da Competitividade um crescimento real dos recursos afectos ao apoio à dinamização da economia açoriana no próximo ano.

Destaca-se ainda, neste plano, e no segmento da base económica regional, o reforço da dotação financeira para a competitividade do sector agrícola.

A coesão social, através da dinamização de medidas de apoio ao indivíduo nas diversas fases da sua vida, complementado com o apoio dirigido à família, despistando situações de exclusão social, constitui outra prioridade da actuação do Governo que tem tradução material e financeira neste Plano para 2010.

Neste contexto damos particular ênfase no âmbito das políticas de apoio às famílias ao programas de acesso à habitação, tendo realizado uma intervenção de carácter extraordinário em 2009, que permitiu o reequilíbrio do mercado da habitação através aquisição pela Região de 276 novas habitações, que obviamente não se vai repetir na Plano de 2010 e que justifica integralmente a variação da dotação orçamental afecta a este programa.

Constitui pois, também, uma conclusão deturpada do documento, afirmar que a proposta de Plano reduz o apoio às famílias através da habitação quando, na realidade, as famílias açorianas irão beneficiar na plenitude, em 2010, do esforço financeiro já realizado, que permitirá no próximo ano atribuir a 276 famílias açorianas novas habitações a custos reduzidos.

Reafirmamos toda a nossa disponibilidade para acolher as propostas que reforcem a capacidade operacional de concretizar os objectivos estratégicos definidos nestes documentos, e que tem o apoio generalizado dos parceiros sociais, que emitiram pareceres positivos sobre as opções tomadas. No entanto, não devemos nem podemos aceitar que se deslocalize este debate para análises e leituras, deturpadas e enviesadas, das opções assumidas nestes instrumentos de planeamento estruturante.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Gabinete do Vice-Presidente

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores deputados
Senhor Presidente senhores membros do Governo

A proposta de Plano e Orçamento para 2010 constitui um contributo para o reforço da solidez e sustentabilidade das finanças públicas regionais, assegurando a estabilidade das contas públicas regionais.

Os Açores têm cumprido com absoluto rigor e controlo orçamental, o objectivo de apresentar um saldo equilibrado das contas regionais.

A actual conjuntura económica e financeira internacional, obriga todos os países a apostarem no aumento do investimento público, recorrendo ao endividamento para controlar os efeitos negativos da situação internacional.

Tendo em consideração que a Comissão Europeia autorizou todos os países da União Europeia a aumentar a utilização deste instrumento de dinamização do investimento público, não se afigurava possível manter os Açores ao arrepio da nova realidade, na medida em que nos impediria de utilizar os mesmos instrumentos de combate à conjuntura internacional que estão à disposição do resto do País e de todas as economias regionais e mundiais.

Neste contexto, a excelente classificação internacional das finanças públicas regionais (rating), constitui uma vantagem comparativa e um instrumento valioso que deve ser utilizado e aproveitado, para dotar os Açores de mecanismos financeiros adicionais que permitam assegurar a manutenção do crescimento económico sustentado.

Os Açores apresentam um nível de endividamento em relação ao Produto Interno Bruto, que é, de acordo com os dados recentemente publicados pelo Eurostat e pela Comissão Europeia, sete vezes inferior ao registado pela média dos 27 países da União Europeia.

Isto é, enquanto a Dívida Pública da totalidade dos países da União Europeia representa, em 2009, 73% do seu nível de produção (PIB), nos Açores o endividamento representa apenas 9,3% desse valor.

Estes dados recentemente revelados, demonstram que a Dívida Pública nos Açores em relação ao nosso nível de produção é substancialmente inferior ao verificado em 26 dos 27 países que compõem a União Europeia.

Estes indicadores macroeconómicos publicados este mês confirmam a solidez e a sustentabilidade das finanças regionais e demonstram o rigor da nossa gestão pública, sendo que esta tendência se confirma e se reforça em 2010, tendo em consideração que no Orçamento proposto, os Açores asseguram a execução da sua despesa utilizando recursos próprios gerados no respectivo ano económico em percentagem do PIB muito superior à generalidade dos países da União Europeia.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Gabinete do Vice-Presidente

O recurso ao financiamento externo representará nos Açores apenas 1,4% do nosso PIB, muito menos do que se irá verificar em todos os países da União Europeia e cinco vezes inferior á media dos 27 países da Europa Comunitária cujo deficit, em 2010, será de 7,5% do PIB.

Apesar de alguns agentes económicos como por exemplo a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores considerar que, tendo em consideração a reduzida Dívida Pública regional, deveríamos recorrer com maior intensidade ao endividamento, optámos por manter uma utilização muito restrita deste instrumento de política financeira, porque conseguimos assegurar uma estabilidade dos valores orçamentais sem responsabilizar as gerações futuras e sem necessidades de se proceder a médio prazo ao reajustamento e reequilíbrio da estrutura financeira regional.

É este o caminho de rigor e de responsabilidade que queremos prosseguir.

Em conclusão, os documentos que hoje apresentamos a esta Assembleia asseguram:

- A manutenção de um nível de investimento público superior ao previsto nas Orientações a Médio Prazo e ao valor executado na legislatura anterior;
- O reforço do incentivo e apoio ao investimento privado das empresas açorianas;
- O aumento do rendimento disponível das famílias e do seu poder de compra;
- A contenção da despesa corrente e de funcionamento;
- A estabilidade das receitas da Região;
- A obtenção de um saldo orçamental corrente positivo e integralmente canalizado para reforçar o investimento;
- A manutenção de um reduzido nível de endividamento da Região;
- O reforço da sustentabilidade financeira e da solidez das Finanças Públicas Regionais.

Estão pois, reunidas todas as condições para apoiar e aprovar estes documentos, que constituem mais um contributo para reforçar a confiança de que os Açores são, cada vez mais, uma Região de futuro e uma Região com futuro.

Estou certo de que saberemos, todos, corresponder a esta oportunidade e a este desafio.

Disse.
Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões

O Vice-Presidente
Sérgio Ávila